



## **ATA REUNIÃO *ONLINE* DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS**

**Data:** 27/08/2020

**Horário:** 10:00 horas

**Plataforma:** Google Meet

### **Participantes:**

Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA) Cristina Abi Jabbour (SMDet e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Janina Belo (LoP/SMDU); Jeniffer Souza, José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/DA); Juliana Hernandes Antunes, Lucilla Dias (SGM), Luis Henrique Marinho Meira (SMDet e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde, Agricultor zona norte); Maria Clara Zuppardo (SMSUB/DA); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Maria do Céu (Comusan), Mariane Antunes Lopes, Paulo Cesar Leite Saraiva (SAA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Rodrigo Cortez (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (agricultora zona leste); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste). Maria Alves (agricultora zona oeste).

### **Registro:**

Em 27 de agosto de 2020 foi realizada a 8ª reunião ordinária do ano de 2020 da 2ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital. Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: Plano Safra 2020/21; Assentamento Irmã Alberta; PL 181 referente ao Cinturão Verde Guarani e Informes.



Dando sequência aos trabalhos Rodrigo Cortez realizou uma apresentação geral sobre o Plano Safra 2020/21 que será disponibilizada após a reunião por e-mail, e à Secretaria Executiva ficará a cargo de sua distribuição. Comentou que o MAPA está rastreando de forma mais acurada os créditos oferecidos e aplicados no Estado de São Paulo e para isso busca os dados na Plataforma do Banco do Brasil (principal agente financeiro do Pronaf e Pronamp e outras linhas de financiamento agrícola), que poderá ser compartilhada com este CMDRSS. Numa próxima ocasião, se o CMDRSS tiver interesse, e assim que os dados estiverem organizados, poderão ser integralmente apresentados. Estarão disponíveis R\$236,3 bilhões para este novo período, divididos nos seguintes volumes de créditos: juros controlados R\$ 154,3 bilhões e juros não controlados R\$ 82 bilhões. A principal linha do Plano Safra é o crédito rural (financiamento). Para o Pronaf há disponível R\$ 33 bilhões, sendo R\$ 19,4 bilhões para custeio e R\$ 13,6 bilhões para investimento, o Pronamp irá contar com R\$ 33,12 bilhões, sendo R\$ 29,3 bilhões para custeio e R\$ 3,8 bilhões para investimento. Demais Produtores e Cooperativas contarão com um volume de R\$ 170,17 bilhões.

Alguns destaques do Plano Safra 2020/21: apoio à inovação tecnológica, apoio à irrigação, apoio ao setor pesqueiro e aquícola e, por fim, sustentabilidade. Há também linhas específicas para o cooperativismo. Na perspectiva dos últimos anos o estado de São Paulo tem acessado cerca de 10% dos recursos do Plano Safra e dentre os pilares de desenvolvimento da agricultura, em destaque a agricultura familiar, uma das grandes dificuldades é o acesso à comercialização, ressaltando esse fato em razão da pandemia. Dentro do Pronaf há uma linha específica destinada para assentados da reforma agrária, beneficiários do Crédito Fundiário e para aqueles de menor renda (até R\$ 23 mil/ano), além da disponibilização do Pronaf Indígenas, sendo que a SAF/MAPA está conveniando com a FUNAI para que as DAPs sejam emitidas pela instituição. Muitas vezes créditos específicos como Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia são linhas de baixo acesso justamente devido às necessidades na elaboração do projeto. Há o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade (que é executado por meio dos consórcios intermunicipais) que possibilita o financiamento para custeio e investimentos de sistemas produtivos de exploração extrativista e de



produtos da socio biodiversidade ecologicamente sustentável; sistemas produtivos de ervas medicinais, aromáticas e condimentares, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural, este programa está dentro da Plataforma Mais Brasil. Há também outra linha importante para habitação rural, uma linha de crédito que conta com R\$ 500 milhões a ser operacionalizada em condições de juros a 4% ao ano. E, por fim, uma linha para a Assistência Técnica e Extensão Rural, cujo prazo para inscrição já está encerrado, denominada “Residência Profissional Agrícola” que se destina a um público beneficiário direto de 1.500 Jovens estudantes (15 a 29 anos), recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e áreas afins. Já o Programa de Aquisição de Alimentos destinará R\$ 150 milhões para o PAA Formação de Estoques, destaque para: lácteos, suco de uva, derivados da mandioca, produtos da sócio biodiversidade (castanhas), dentre outros; destinação de mais R\$ 70 milhões para o PAA Doação Simultânea para estados e municípios; com estes valores as compras públicas em 2020 através do PAA atingirão o montante de R\$ 850 milhões. Há também o Programa de Seguro Rural (PSR) que contará com um aplicativo para conectar o agricultor com as seguradoras e fomentar a cultura do seguro rural.

Após a apresentação foi aberto um espaço para perguntas. A Sra. Maria Alves levantou a questão fundiária como entrave para acessar os créditos e políticas públicas, e que os pequenos agricultores não conseguem ao mesmo tempo cuidar da agricultura e entender e estudar como tratar dos créditos e de procedimentos administrativos. Araci Kamiyama fez uma pergunta referente a linha de Crédito do Pronaf Agroecologia com relação aos requisitos de acesso na questão da transição agroecológica, porque a realidade mostra que é necessário apoio para que o agricultor faça essa transição. Juliana mencionou que há outras linhas como o Crédito Variável caso não seja possível se adequar à linha antes mencionada. Luis Henrique relatou que algumas conversas já foram feitas anteriormente com o Banco do Brasil e entende que a tratativa ideal seria a de forma institucional para que o banco entre na dinâmica de conversas e tratativas sobre o acesso ao Pronaf na cidade de São Paulo. Mencionou ainda que é importante pensar numa estratégia para SP, qual seja, eleger uma agência específica para atender a cidade ou fazer formação para alguns gerentes em regiões diferentes da cidade ou ainda, como complementado pela Cyra, que pelo



menos, em determinado período do ano, o Banco do Brasil pudesse disponibilizar profissionais que tenham mais informações sobre o Crédito Rural. Foi formado um GT Plano Safra 2020/21 – BB: Raquel, Araci, Luis Henrique, Cyra, Cristina, Patricia Sepe e Vanda.

A próxima pauta tratou sobre Assentamento Irmã Alberta. Luis Henrique informou que foram enviados ofícios com solicitação de informações ao ITESP, INCRA e SABESP. O ITESP, por meio do seu Chefe de Gabinete, retornou recebimento e afirmou que a resposta estava sendo elaborada e posteriormente seria enviada. Com relação à SABESP o ofício chegou ao conhecimento da presidência e aguarda retorno. O INCRA respondeu prontamente informando que tão logo estivessem de volta ao prédio, saíram devido a um problema estrutural, a resposta seria elaborada, (a partir de 18 de agosto) mas, apesar das constantes ligações e e-mails, não houve mais retorno. Foi criado um Processo Eletrônico nº 6064.2020/ 0000821-9 para acompanhamento do caso. Uma visita técnica ao Assentamento Irmã Alberta foi combinada, por alguns membros do CMDRSS, para o dia 02 de setembro. Chamamento do Projeto Ligue os Pontos e

Já na pauta seguinte Patricia Sepe discorreu sobre a importância do PL 181/2016 para as comunidades indígenas, propondo a criação do cinturão Guarani na cidade de SP, projeto que estava na ATL (Assessoria Técnico-legislativo) do Gabinete do Prefeito. Foi enviado a algumas secretarias para consulta e existem informações que dão conta de que algumas secretarias se posicionaram contra este PL. Ainda não é conhecido o número do Processo SEI mas há o conhecimento de que neste PL a CAE foi mencionada como possível ponto de apoio à comunidade indígena na zona sul, assim como a SVMA com sua abordagem sobre educação ambiental e o Projeto Aldeias da Secretaria de Cultura. Patricia sugeriu o envio de uma moção de apoio para o Gabinete do Prefeito e para o Presidente da CMSP, e acha importante que o CMDRSS tome posicionamento sobre o tema. Uma minuta seria escrita e Cyra ficou de verificar se esse processo está tramitando na SMSUB.

Na sequência, Patrícia falou sobre o chamamento do Projeto LoP (apoio à cadeia de valor) e que o Projeto foi prorrogado até Março/21. Houve um considerável avanço da Assistência Técnica mas a questão de comercialização ainda precisa ser trabalhada e será feita em conjunto com a Adesampa que coordenará este



chamamento que será uma concorrência para avaliação de projetos que desenvolvam a cadeia de valor na zona sul de SP. O Edital está disponível no site do Projeto Ligue os Pontos. Com relação ao ofício enviado pela CMDRSS sobre a LOA 21 houve resposta da SME, SVMA e SMS. Luis Henrique informou que o PAA da Prefeitura foi lançado e no dia 31 de agosto às 14h haveria uma “live” sobre dúvidas sobre o Edital. Por fim, a ATA da 7ª Reunião Ordinária do ano de 2020 foi lida e aprovada. Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.